



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2023

INXEGIBILIDADE N° 012/2023

CRENCIAMENTO N° 005/2023

O MUNICÍPIO DE CABO VERDE, com endereço na Av. Oscar Ornelas, n° 152, Centro, Cabo Verde-MG, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 17.909.599/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA**, por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimentos, através da Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria n° 003/2023, de 01/01/2023, torna público que está instaurando Processo de **CRENCIAMENTO**, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações, segundo as condições estabelecidas no presente edital, anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Carta proposta para credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de que não emprega menores;

Anexo IV - Declaração inexistência de fato impeditivo

Anexo V - Minuta de Contrato Credenciamento.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital tem como objeto o **CRENCIAMENTO** de Pessoas Físicas e ou Jurídicas para a prestação de serviços técnicos profissionais de Cuidadores de Idosos, Crianças e ou Pessoas Dependentes, para o Município de Cabo Verde – MG.

1.2 O **CRENCIAMENTO** será realizado com remuneração baseada em “hora de serviço” com base no Decreto n° 047/2023 que estabeleceu o preço dos serviços, tendo como base a



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

Tabela CBO de Minas Gerais.

1.3 Serão credenciadas empresas tipo MEI que conste os serviços em questão, no CNAE do CNPJ.

2. DO PRAZO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento está aberto da data da publicação deste edital, **dia 23/06/2023 e até 31/12/2023**, na Prefeitura Municipal de Cabo Verde, Setor de Licitações, situada na Av. Pref. Carlos de Souza Filho, nº 175, Centro, Cabo Verde – MG, munidos dos documentos relacionados abaixo:

3. PROCEDIMENTOS

3.1. Documentos a serem apresentados para credenciamento:

3.2. PESSOAS JURÍDICAS

- a) carta proposta ANEXO II;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Cópia do documento de identidade/CPF dos responsáveis técnicos e legais.
- e) comprovação de regularidade com a Fazenda do Município do domicílio do licitante;
- f) comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual;
- g) comprovação de regularidade com a Fazenda Federal;
- h) comprovação de regularidade junto ao FGTS, através do CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) declaração que não emprega menores ANEXO III;
- g) declaração de concordância com o edital e fatos impeditivos ANEXO IV;



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

- h) comprovante de endereço com data de expedição igual ou inferior a 30 dias;
- i) Cópia do CPF – Cadastro de Pessoa Física do Representante da Empresa;
- j) Vínculo com a empresa, cópia do CPF e comprovante de formação em curso técnico ou graduação na área dos serviços deste credenciamento, da pessoa física que prestará os serviços.
- k) Comprovante de regularidade com débitos trabalhistas CNDT;

3.3. PESSOAS FÍSICAS

- I. Cédula de identidade;
- II. CPF
- III. Comprovante de Inscrição no INSS;
- IV. Numero no NIS
- V. Dados bancários. (preferencialmente Banco do Brasil);
- VI. Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal, emitida pela Prefeitura de Cabo Verde, ou do domicílio do licitante.
- VII Certidão de Débitos Tributários (CDT), emitida pela Secretaria da Receita Estadual.
- VIII Certidão Negativa de Débitos (CND) Federal e Previdenciário.
- IX Comprovante de cursos técnico ou graduação na área dos serviços deste credenciamento.

3.4. A documentação exigida será vistoriada pela Comissão.

3.5. Após o prazo final para credenciamento será publicada a lista dos credenciados no site do Município: www.caboverde.mg.gov.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

3.6. Serão credenciados todos os licitantes interessados que atenderem às exigências deste edital.

3.7. Todos os encargos, impostos e demais tributos correm por conta do Credenciado.

3.8. Os documentos poderão ser entregues em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, devidamente identificado.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

4. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DOS PREÇOS

- a) O valor da hora de serviços é de **R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos)**;
- b) A variação dos preços observará a atualização da Tabela CBO de Minas Gerais, e, expedição de novo Decreto de ratificação de preços;
- c) Os preços são estabelecidos através do Decreto Municipal nº 047/2023.

4.1. Compete à Comissão, sem prejuízo das competências já estabelecidas:

- a) supervisionar e operacionalizar a tramitação do processo de credenciamento;
- b) publicar o EDITAL DE CHAMAMENTO para conhecimento público na Imprensa Oficial do Município;
- c) receber e analisar as propostas e documentos de habilitação;
- d) emitir parecer final quanto ao credenciamento ou não dos interessados;
- f) decidir sobre os recursos interpostos em primeira instância, cabendo ao Prefeito Municipal decisão em estância final;
- g) publicar ratificação do processo de inexigibilidade.
- h) quando entender necessário, a Comissão poderá diligenciar junto a quaisquer órgãos da Administração Municipal, a fim de obter subsídios para as suas decisões, e, em especial à Procuradoria Municipal que emitirá parecer jurídico acerca da situação colocada.

4.2. Compete ao Município de Cabo Verde:

- a) remunerar os serviços ao preço estabelecido no Decreto 074/2022;
- b) fiscalizar a execução dos serviços através do Departamento de Engenharia RT da Prefeitura Municipal;

4.3. Compete ao credenciado:

- a) executar os serviços de forma correta, em atendimento às determinações do Chefe imediato;
- b) utilizar equipamentos de proteção individual adequados ao serviço;
- c) expedir os documentos fiscais e arcar com o pagamento dos tributos originários da prestação de serviços;
- d) arcar com danos porventura causados ao Município e a terceiros;



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

4.4. A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 é a norma a ser obedecida para realização do CRECENDIAMENTO.

5. DO PRAZO

5.1. O prazo de vigência do contrato originário deste CREDENCIAMENTO de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

6. DO PAGAMENTO

O pagamento poderá ser feito:

6.1 por crédito em conta corrente em instituição bancária, ou por transferência bancária (preferencialmente Banco do Brasil).

6.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias da entrega dos serviços executados, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal por intermédio dos recursos consignados no orçamento

2023: 021001 08 244 0801 2.136 339036 – ficha 391 Pessoa Física

2023: 021001 08 244 0801 2.136 339039 – ficha 392 Pessoa Jurídica

8. CRITÉRIO PARA DISTRIBUICAO DOS SERVIÇO

8.1 - O credenciamento não assegura aos interessados o direito à efetiva contratação dos serviços, objeto deste edital, possuindo natureza de contrato administrativo de prestação de serviços, sem vínculo empregatício.

8.2 - O critério para distribuição dos serviços será através da ordem de protocolo dos documentos de para Credenciamento.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

8.3 - Observado o critério determinado no item anterior, proceder-se-á distribuição proporcional dos serviços entre os credenciados.

9. DA HOMOLOGAÇÃO “DA RATIFICAÇÃO”

9.1 A Comissão submeterá ao Prefeito Municipal o presente processo para adjudicação e homologação do CREDENCIAMENTO, após a ratificação do processo de Inexigibilidade.

9.2 O Prefeito Municipal poderá, por despacho motivado e publicado, revogar ou anular o processo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e seus modificadores, bem como, adiá-la.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação deste edital, deverão ser dirigidas por escrito à Comissão, protocoladas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cabo Verde, ou encaminhadas pelo endereço de e-mail compras2@cabo Verde.mg.gov.br.

9.2 Os casos omissos e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela Comissão e, se necessário, pela Procuradoria deste Município.

9.3 Impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas a Comissão e protocoladas na Prefeitura Municipal ou no endereço eletrônico compras2@cabo Verde.mg.gov.br, a partir da publicação do edital.

9.4 Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição será dirigida à Comissão Permanente de Licitação deste Município.

9.5 O Município, através da Comissão na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada à instrução do processo relativo a este Credenciamento.

9.6 O foro privativo a presente licitação é o da Comarca de Cabo Verde/MG.

9.7 Este Edital pode ser fornecido a qualquer interessado, sem cobrança de qualquer valor, e



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

se encontra disponível para acesso no sitio: www.caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde, 22 de junho de 2023.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Heber José dos Santos
Presidente da CPL



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 – DO LOCAL E HORÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO

O credenciamento está aberto da data da publicação deste edital, dia 23/06/2023 até o dia 31/12/2023, na Prefeitura Municipal de Cabo Verde, Setor de Licitações, situada na Av. Prof. Carlos de Souza Filho, nº 175, Centro, Cabo Verde – MG, munidos dos documentos relacionados na cláusula 3.1 do Edital.

2.0 - DO PREÇO

O preço que foi definido pelo Decreto Municipal nº 47/2023 correspondente a:

- a) O Valor da Hora Trabalhada é de **R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos)**;
- b) A variação dos preços observará a atualização da Tabela CBO de Minas Gerais, e, expedição de novo Decreto de ratificação de preços;

3.0 – DA FISCALIZAÇÃO

Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos.

4.0 – DA QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES

| Descrição | Unidade | Quantidade | Período |
|---|-----------------------|------------|----------|
| Serviços de Cuidador de Idosos, Crianças e ou Pessoas Dependentes | Horas por credenciado | 2000 | 12 meses |

Os serviços deverão ser prestados apenas mediante Ordem de Serviços expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos.

5.0 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Compete à Comissão, sem prejuízo das competências já estabelecidas:



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

-
- a) supervisionar e operacionalizar a tramitação do processo de credenciamento;
 - b) publicar o EDITAL DE CHAMAMENTO para conhecimento público na Imprensa Oficial do Município;
 - c) receber e analisar as propostas e documentos de habilitação;
 - d) emitir parecer final quanto ao credenciamento ou não dos interessados;
 - e) decidir sobre os recursos interpostos em primeira instância, cabendo ao Prefeito Municipal decisão em estância final;
 - f) publicar ratificação do processo de inexigibilidade.
 - g) quando entender necessário, a Comissão poderá diligenciar junto a quaisquer órgãos da Administração Municipal, a fim de obter subsídios para as suas decisões, e, em especial à Procuradoria Municipal que emitirá parecer jurídico acerca da situação colocada.

5.2. Compete ao Município de Cabo Verde:

- a) remunerar os serviços ao preço estabelecido no Decreto nº 047/2023;
- b) fiscalizar a execução dos serviços através da Secretaria e Chefia competentes;

5.3. Compete ao credenciado:

- a) executar os serviços de forma correta, em atendimento às determinações do Chefe imediato;
 - b) utilizar equipamentos de proteção individual adequados ao serviço;
 - c) expedir os documentos fiscais e arcar com o pagamento dos tributos originários da prestação de serviços;
 - d) arcar com danos porventura causados ao Município e a terceiros;
- **A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 é a norma a ser obedecida para realização do CRECENDIAMENTO.**

Cabo Verde/MG, 23 de junho de 2023

Cláudio Antônio Palma



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

Prefeito Municipal

Heber José dos Santos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

ANEXO II

MODELO - CARTA PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2023 INEXIGIBILIDADE N° 012/2023 CREDENCIAMENTO N° 005/2023

Nome: _____

CNPJ: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Valor Proposto p/ Serviços de _____: R\$ ____ (_____)
Conforme Decreto Municipal nº 47/2023.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

ANEXO III

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2023 INEXIGIBILIDADE N° 012/2023 CREDENCIAMENTO N° 005/2023

(Qualificação) declara para fins do disposto no art. 27, V da Lei Federal n 8.666/93 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal n° 9.854/99.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO E CONCORDANCIA COM O EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2023
INEXIGIBILIDADE N° 012/2023
CREDENCIAMENTO N° 005/2023**

Declaro para todos os fins de direito, concordar com as condições do edital de credenciamento. Declaro inexistir fatos que impeçam a participação neste credenciamento.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNIICPAL DE CABO VERDE, com sede na Av. Oscar Ornelas, n.º 152, Centro da cidade de Cabo Verde/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.909.599/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Cláudio Antônio Palma**, brasileiro, divorciado, portador do RG n.º MG-2.195.377/SSP/MG e do CPF n.º 440.417.306-78, residente e domiciliado no Sítio São Batolomeu, no Distrito de São Bartolomeu de Minas, Cabo Verde /MG.

CONTRATADO:

..... denominado simplesmente contratado.

Tendo-se em vista os autos do Processo Licitatório n.º ____/2023, Inexigibilidade n.º ____/ 2023 as partes acima identificadas e devidamente qualificadas, celebram o presente “**TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE XXXXXXXXXXXXX**”, que será regido pelas cláusulas abaixo descritas, além dos termos contidos na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DESTES CONTRATO

O presente contrato tem por objetivo os serviços de xxxxxxxx, para manutenção, reparos, reforma, construção e ampliação de prédios públicos e/ou sob responsabilidade do município.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Execução Indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO CONTRATADO

O Contratante pagará ao contratado R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)/ por HORA TRABALHADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento poderá ser feito:

- por crédito em conta corrente em instituição bancária, ou, transferência bancária (preferencialmente no Banco do Brasil).

4.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias da entrega dos serviços executados, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

O presente contrato poderá ser reajustado por definição de valor estipulado por Decreto, depois de decorridos 12 (doze) meses do início da sua vigência. O preço será reajustado conforme valores



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

da Tabela CBO de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEXTA - DA REGULARIDADE DOCUMENTAL

A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência deste contrato, toda a documentação exigida para habilitação, devidamente atualizada junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores.

CLAUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

- ✓ **Para início:** A partir da data da assinatura deste contrato;
- ✓ **Para termino da extração** Conforme vigência deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRÉDITO E A CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

Os créditos pelos quais correrão as despesas deste contrato, serão oriundos de recursos próprios, classificados na seguinte dotação orçamentária 2023:

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

9.1- Compete ao Contratante:

- 9.1.1** - acompanhar e fiscalizar os andamentos dos serviços a executados pelos credenciados;
- 9.1.2** - remunerar os serviços efetivamente prestados de acordo com a horatra balhada;
- 9.1.3** - fornecer todos os materiais necessários a execução dos serviços;

9.2- Compete ao Contratado:

- 9.2.1** – permitir que o Município proceda às devidas fiscalizações;
- 9.2.2** – os equipamentos e ferramentas a serem utilizados serão de responsabilidades dos credenciados;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E VALORES DE MULTA

Havendo descumprimento das cláusulas previstas neste Contrato, serão aplicadas as seguintes penalidades:

1. Advertência verbal comprovada;
2. Advertência escrita;
3. Multa administrativa, conforme a infração, não excedendo em seu total, o equivalente à 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, cumulado com as demais sanções permitidas por Lei;
4. Rescisão contratual, nos termos previstos nesse contrato na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91.
5. Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

administração por prazo não superior à 02 (dois) anos;

6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1 - As multas previstas serão aplicadas após apreciação da defesa apresentada pelo (a) contratado(a), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua notificação, devendo ser descontada imediatamente, após o prazo de defesa e julgamento da mesma, da garantia ou se for insuficiente dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, nos termos do artigo 87, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

2 - O descumprimento de cláusulas contratuais, a critério da autoridade municipal, ensejará, anotações nos registros cadastrais do município de Cabo Verde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- a) O cumprimento irregular, ou seu não cumprimento, por parte do Contratado de cláusulas contratuais;
- b) O desentendimento, por parte do Contratado das condições regulares fixadas pelo requisitante;
- c) O cometimento reiterado de faltas, por parte do Contratado na execução do objeto contratado, resultará na anotação prevista no § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e alterações;
- d) A decretação de insolvência civil, do (a) contratado(a);
- e) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, nos termos do Art. 78, item XII, da Lei Federal 8.666/93 e alterações;
- f) Outros casos de rescisão do presente contrato se encontram dispostos nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Em cumprimento ao Art. 77 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e alterações, caso haja a rescisão administrativa, ficam aqui reconhecidos por ambas as partes os direitos da Administração fixados neste instrumento, na Lei Federal 8.666/93 e alterações e em demais legislações esparsas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº ____/2023 - Inexigibilidade nº ____/2023, que deu origem a este instrumento.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente contrato aplicar-se o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Aos casos omissos, aplicar-se-á, as demais normas legais esparsas cabíveis e em especial o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será iniciado na data de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Inicialmente o termo de contrato será celebrado até 31/12/2023, em apreço ao princípio da vinculação aos créditos orçamentários (art. 57, caput, Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESERVAS DE DIREITO

O Contratante se reserva o direito de promover alterações contratuais para atender ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

O FORO privativo à presente licitação é o da Comarca de Cabo Verde, com recurso "*ex officio*" à instância superior (art. 55, § 2º, da Lei nº Federal 8.666/93).

Prefeitura Municipal de Cabo Verde, _____, de _____ de 2023.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Contratado